

CURRÍCULO E EFICIÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA CURRICULAR DE BOBBITT

Adenaide Amorim Lima

Graduanda do curso de Pedagogia – VIII Semestre, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista. Email: adenaide2007@hotmail.com

Resumo: Este trabalho procura discutir mesmo que de forma bastante breve o currículo como veículo e espaço de poder, sob uma perspectiva de fragmentação e controle dos saberes. Desde o seu surgimento enquanto teoria com Bobbitt em sua obra *The curriculum* de 1918, o currículo tem buscado no interior das escolas uma constante eficiência ao fragmentar os saberes. Desenvolvendo habilidades e saberes que deverão ser dominados por determinados indivíduos. Apesar de ter sofrido muitas críticas, podemos ver ainda hoje resquício da teoria curricular de Bobbitt denominada tradicional presente no campo educacional com o mesmo objeto de quando surgiu: habilitar indivíduos para melhor servir ao sistema capitalista.

Palavras-chave: Bobbitt. Currículo. Eficiência.

Introdução

Com o surgimento da teoria curricular de Bobbitt houve não só uma centralização da escola como base da sociedade, como também um deslocamento no próprio sentido da vida, que agora se voltar para o trabalho. Existem filósofos como Nietzsche, por exemplo, que dizem que a própria vida é poder, e acreditando na busca do homem pela preservação e manutenção da vida fez com que ao longo do tempo surgissem mecanismos cada vez mais eficientes que legitimassem o poder de homens sobre os homens, assim como suas relações, contradições, desigualdades e mecanismos de controle.

Esses mecanismos nem sempre foram institucionalizados, mas, ao longo da história das humanidades foram se justificando e criando um conjunto de relações de saber-poder. Que de acordo com Machado (2007), funcionam como uma rede de dispositivos e mecanismos ao qual nada e nem ninguém escapa, em relação ao qual não existe exterior possível.

O currículo como teoria é uma invenção moderna, mas um currículo informal e seus mecanismos já atuavam, de forma menos elaborada e com intenções não tão bem definidas, onde sempre houve educação. O que se ensina nos espaços educativos formais e informais sempre exerceu poder sobre os indivíduos, ditaram regras, valores morais. No entanto somente a partir de um currículo eficiente foi capaz de provocar a seleção de homens e ao

mesmo tempo buscar um modelo de sociedade.

O surgimento de uma teoria do currículo

Com o advento da modernidade e do industrialismo que começa a surgir no século XIX e a se intensificar no século XX, exige-se dos trabalhadores em geral novas habilidades técnicas e dos cidadãos novas condutas condizentes com essa nova dinâmica social que começa a se firmar.

É nesse contexto que pela primeira vez na história do ocidente a escola é pensada como pedra fundamental da sociedade. No contexto desta época no campo educacional se degladiavam duas escolas antagônicas: os defensores da cultura. “Para estes, a finalidade da educação é antes a *capacidade de viver* e não a *capacidade prática de produzir*” (BOBBITT, 2004, p. 43, grifos do autor). Os indivíduos com uma mente *orientada para a prática* “que defendem que a educação deve incidir, acima de tudo e de uma forma consciente, numa efectiva acção num mundo prático” (BOBBITT, 2004, p. 43). Ambas as concepções são insuficientes para contribuir com essa nova era social. É neste momento de contraditórias discussões no campo da educação e para atender as novas demandas capitalistas que surge a primeira teoria do currículo formulada por Bobbitt.

Certamente Bobbitt não foi o primeiro a pensar mecanismos para essa nova era que se afirmava. Mas foi desse contexto sociopolítico que ele elaborou a primeira teoria do currículo voltado para a educação, tendo como base principal as idéias eficientistas de Taylor. “Taylor – para muitos o “profeta de uma nova ordem na sociedade industrial” – acreditava na eficiência social como mecanismo que permitia a redução do erro [humano] e o conseqüentemente aumento da produção” (PARASKEVA, 2004, p. 16). Mas foi Bobbitt quem denominou esse conjunto de estratégias no controle social desenvolvidas na escola de “currículo”. Posteriormente ele seria muito criticado pelos representantes da *nova sociologia da educação*, e dentre outros, cada um com suas teorias e estudos sobre o currículo, criticando o currículo tradicional que atuavam nas escolas prezando pela eficiência e a racionalização dos resultados. A teoria curricular de Bobbitt pretendia administrar a educação e a escola como uma empresa de onde deveria se obter lucros concretos, com amostras em números e resultados. De acordo com Paraskeva (2004, p. 7):

[...] à metáfora da escola como uma fábrica e do currículo como processo de produção, em que as crianças eram vistas como ‘matérias-primas’ e os professores como controladores do processo de produção, assegurando que os ‘produtos’ eram construídos de acordo com as especificações

meticulosamente traçadas e com o mínimo de desperdício.

Para alcançar tal objeivo pretendia uma massificação de tal currículo; empregando em todas as crianças os mesmos métodos se pretendia obter, a partir de então, adultos eficientes com as mesmas capacidades e habilidades. Segundo Silva (2007, p. 12):

O modelo institucional dessa concepção de currículo é a fábrica. Sua inspiração teórica é a da administração científica de Taylor. No modelo de currículo de Bobbitt, os estudantes devem ser processados como um produto fabril.

Hoje mais que nunca os conhecimentos são divididos por áreas, disciplinas e conteúdos onde, cada indivíduo se torna especialista de um determinado saber. Esses conteúdos são trabalhados de forma a não se comunicarem havendo aí saberes e discursos fragmentados, desconexos uns com os outros. Aprisionando desta forma os indivíduos em determinados espaços de acordo com os conhecimentos que possuem.

Macedo (2007, p. 34) argumenta sobre esse disciplinamento dos saberes:

Convencidos de que o mundo não poderia ser abarcado na sua totalidade pela compreensão humana, para os educadores clássicos a saída era dividir o conhecimento em áreas. A hiperdisciplinarização e sua proliferação vão se constituir na opção da modernidade científica, no que concerne à organização das formações institucionalizadas.

Dessa forma, é dado ao currículo maior possibilidade de controle devido ao disciplinamento dos saberes: conhecimentos e faculdades que não nasceram com o homem, mas que foram se desenvolvendo ao longo do tempo e, porque não também ao longo de sua evolução? Isso não quer dizer que antes do disciplinamento e do currículo não houvesse controle e poder, pelo contrário, ele parece sempre existir como potência de vida. Como coloca Nietzsche (1992). “Uma criatura viva quer antes de tudo *dar vazão* a sua força – a própria vida é vontade de poder – a autoconservação é apenas uma das indiretas, mais frequentes *consequências* disso” (NIETZSCHE, 1992, p. 20 grifos do autor).

Poder sem saber é mera questão de sobrevivência, poder com saber é currículo e tudo que ele abarca: dominação, ideologia, decisão, controle e eficiência. Segundo Machado (2007, p. 172): “De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objeto e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter dizem respeito a essa produção. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma ‘positividade’”.

É o poder em conjunto com o saber moderno, ou seja, os saberes controlados presentes

na primeira teoria do currículo que, vai aos poucos eliminar a formação humanística e dando seguimento cada vez mais a formação do homem fundada em uma racionalidade técnica. Ou seja, fabrica-se um novo indivíduo.

Analisando historicamente, o homem desenvolveu estruturas para controlar a natureza de modo que ela passou a servi-lo. Agora o homem tende cada vez mais a se submeter a um Estado cujo regime político se encontra refém do poder econômico, e que por isso, tende cada vez menos cumprir com seu dever.

É provável que, o surgimento da civilização tenha se dado através da cultura, do trabalho e, também, através das relações de poder. O poder (a própria potência de vida) é que, em conjunto com o desenvolvimento das faculdades humanas, começa a esboçar uma organização social. O homem, à medida que se torna um ser social precisa de um norte, de algo que lhe guiasse rumo a um objetivo.

Analisando historicamente, a religião (o cristianismo), mesmo que não tenha sido a pioneira, durante muito tempo cumpriu com esse papel. A Bíblia, no caso do ocidente, foi uma espécie de currículo predominante e aceito durante muito tempo principalmente na Idade Média. Nesse momento, o homem medieval ocidental, estava em meio de duas principais vertentes: a patrística e a escolástica, ambas as concepções teocêntricas e pregava a imagem do homem como uma criatura divina e frágil devendo ter como objetivo principal a salvação da alma e da vida eterna. Com o tempo o cristianismo, particularmente a Igreja Católica, vai perdendo seu poderio e o seu monopólio enquanto religião e, controle intelectual. Esse currículo deixa de ser aceito como principal instrumento na normalização das condutas e da vida como um todo dos sujeitos sociais. Dando espaço a uma ciência empírica e laica. Sobre a correspondência que houve entre a religião e a educação formal Cambi (1999, p. 64) vai dizer:

O advento do cristianismo operou uma profunda revolução cultural no mundo antigo. Uma revolução da modernidade, antes mesmo da cultura e das instituições sociais e, depois políticas. Trata-se de uma afirmação de um novo “tipo” de homem (igualitário, solidário, caracterizado pela virtude da humanidade, do amor universal, da dedicação pessoal, como ainda pela castidade e pela pobreza), que do âmbito religioso em modelar toda a visão da sociedade e também os comportamentos coletivos, reinventando a família, o mundo do trabalho, e o da política. Nasce um novo modelo de sociedade inspirada pelos valores do Evangelho e que encontra na igreja seu ideal – guia e seu instrumento de atração.

E Foucault (2005, p. 83) reforça: “[...] jamais se deve esquecer de que a Bíblia foi, a partir da segunda metade da Idade Média pelo menos, a grande forma na qual se articularam as objeções religiosas, morais, políticas, ao poder dos reis e o despotismo da Igreja”. Mesmo

que o autor não mencionou a educação, sabemos que ela também estava incluída e perpassava entre essa gama de discursos que instituíam formas de poder.

Mesmo depois que esse conjunto de estratégias - que poderiam ser denominados de currículo - com base na espiritualidade e controle dos instintos e paixões - perde sua força e começa a predominar um novo tipo de “currículo” baseado no adestramento do corpo, ainda assim podemos observar a influência marcante da religião. Relacionando assim o sacrifício do disciplinamento dos corpos, com a promessa de uma recompensa após a morte, ficava justificado o poder e a dominação. De acordo com Machado (2007, p. 173):

[...] a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isola em um espaço fechado, esquadrinhado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele se exige [...] a disciplina é um controle do tempo. Isto é, estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficácia.

Ideologicamente, algumas estruturas tiveram como objetivo a partir de certo paradigma uma sociedade perfeita e organizada, perfeita segundo suas concepções. Partindo inclusive de ações racionalmente inexplicáveis. Talvez os exemplos mais significantes sejam o Comunismo, o Nazismo e no nosso caso a Ditadura Militar aqui no Brasil. Todos se basearam em um currículo controlador. “Currículos” com finalidades e intencionalidades específicas, todos com suas disciplinas, suas verdades, suas morais. Para Foucault (2009, p. 162):

O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidos, ente progressivo, não à vontade geral, mas à docilidade automática.

Pode-se mudar o paradigma, mas, o currículo é utilizado sempre pensando em um modelo de organização social e de homens adequados a essa sociedade. Na maioria das vezes, usa-se de um poder centralizador, um Estado totalitário para se conseguir tais objetivos. Outras vezes se utiliza da microfísica do poder que perpassa por vários seguimentos institucionais. Ao invés de um processo educacional baseado nos valores humanos e na igualdade. Para Foucault (2009, p. 29):

Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças. Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos.

O currículo é composto de instrumentos característicos com cada fase, de cada dinâmica social sejam relacionadas à moral, tecnologias, regime político, religião, e principalmente a educação, enfim, cada história faz seu currículo e cada história é fruto de um currículo, em alguns casos mesmo que ainda não tivesse sido denominado pela palavra “currículo”. Como bem coloca Silva (2007, p. 21):

As professoras e professores de todas as épocas e lugares sempre estiveram envolvidos, antes mesmo que o surgimento de uma palavra especializada como “currículo” pudesse designar aquela parte de suas atividades que hoje conhecemos “como currículo”.

O currículo se desenvolve se modifica e se fortalece dentro de uma conjuntura que abarca toda uma sociedade, todo um século, todo um momento histórico com toda a sua dinâmica, ele não atua isolado em uma instância e em outra, mas se dissemina por onde houver relação de poder de forma macro ou micro como acabamos de especificar acima. Que de acordo com Machado (2007, p. 174): “Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber”.

As estratégias do currículo

Como já dissemos anteriormente, o currículo é um poderoso instrumento, ele qualifica, exclui, seleciona, homogeneiza de acordo os interesses do sistema ou que tem o poder sobre ele e dele faz uso. Ele, com seu mecanismo de saber-poder, nos concedem desde a nossa tenra idade valores e preconceitos tidos como verdades, assim, como o currículo nos inventou, também nos ensinaram a inventar e a reinventar aqueles que nos precederem sempre seguindo uma norma, uma lógica de acordo o tipo de homem que se pretende formar.

Ao estudarmos sobre o currículo encontramos várias definições diferentes sobre o

mesmo, mas nenhum conceito definido, isso porque ele pode se apresentar com diferentes “faces” e se revelar sob diferentes aspectos, principalmente atuar em diversos campos se não em todos.

Tratando de alguns dos principais instrumentos e funções do currículo, Macedo (2007, p. 24-25) dar a conhecer:

Como um artefato socioeducacional que configura as ações de conceber/ selecionar/ produzir, que configura as ações de implementar/dinamizar saberes, conhecimentos, atividades, competências, competências e valores visando uma “dada” formação, configurada por processos e construções constituídos na relação com *conhecimento eleito como educativo*.

E Silva (2007, p. 25), ainda oferece algumas definições, dentre várias que possui o currículo:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

O que move o currículo são as relações de saber-poder contidas nele e, essas relações parecem sempre presente em todas as relações da dinâmica social. Basicamente estas relações de saber-poder se estendem por dois tipos distintos de currículos, porém, interligados. Um internalizado e outro institucionalizado, e cada um deles possui uma profundidade de articulações, manobras, tensionalidades que na maioria das vezes nunca vem à tona. Mas que também possui uma infinidade de riquezas fruto também de dois tipos de educação: da formal e da informal, e de culturas que abarcam várias subculturas por diversas razões dentre elas as razões econômicas como descreveremos a seguir.

O currículo internalizado é aquele que nos acompanha desde o nosso nascimento, cuja cultura e subculturas fazemos parte. Nele, está contida uma série de particularidades próprias. *Saberes sujeitos* carregados de códigos, símbolos, signos, discursos que muitas vezes só são compreendidos por aqueles que estão inseridos e fazem parte dessa mesma dinâmica, desse mesmo contexto. A origem desse currículo internalizado pode ter várias causas e se dar de várias maneiras. Como processos de aculturação ou mesmo pelo *habitus* que de acordo com Bourdieu (1996, p. 21-22) “é esse princípio gerador e unificador que reduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”.

Em relação aos *saberes sujeitos* esclarece Foucault (2005, p. 12):

[...] esse saber que denominarei se quiserem, o “saber das pessoas” (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas ao contrário, um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força à contundência que opõem a todos aqueles que o rodeiam) -, [...] desses saberes desqualificados.

Como mencionado anteriormente em outro parágrafo, o modo de vida econômico também constitui o currículo internalizado, pois acaba internalizando nos indivíduos por instrumentos específicos interesses, valores, símbolos, signos e discursos próprios e até em alguns casos, sua moral de acordo a classe social do indivíduo. O que é certo, o que é errado nesse caso específico pode variar de acordo o lado do jogo de forças que o sujeito se encontra. Não estamos falando de nenhum determinismo, mas de particularidades. Paralelo a isso Nietzsche (1992, p. 172) expõe:

As diferenciações morais de valor se originam ou dentro de uma espécie dominante que se torna agradavelmente concisa da sua diferença em relação à dominada – ou entre os dominados, os escravos e dependentes de qualquer grau... o conceito de “bom” são os estados de alma elevados e orgulhosos que são considerados distintivos e determinantes da hierarquia.

Não queremos dizer que o pensamento de Nietzsche neste caso é certo ou errado, apenas fazendo uma análise de como as coisas são postas, sobrepostas e tomadas como certas e valorizadas dentro de uma conjuntura de valores que se julga superior aos demais. O que acaba acontecendo com esse currículo internalizado quando sai do campo cultural e vai para o campo especificamente econômico? A partir daí, o que era caracterizado como diferença, agora acaba se tornando desigualdade e, toda a riqueza, toda a diversidade cultural desaparece e dá lugar a uma imensa desigualdade social e uma forte violência simbólica, valorização de alguns saberes em detrimentos de outros e uma explícita hierarquia de poder e conseqüentemente, controle.

O currículo institucionalizado é aquele que tem um papel fundamental na estrutura social e tem as mesmas regras, os mesmos parâmetros dentro de um determinado campo social, em que todos devem se submeter, que seguir, geralmente sem variações, sem levar em conta nenhuma particularidade cultural do indivíduo, havendo essa “sobreposição” de cultura. A escola, o sistema educacional como um todo, se constitui como o campo, mais importante. Isso ocorre devido não somente em relação ao seu valor de fato e da sua importância, mas da sua obrigatoriedade a todos os cidadãos. Devido às relações, dos conflitos, das dinâmicas, das

crises, da historicidade, das quebras de paradigmas que ele acaba englobando, se inventando e reinventando por conta de todos esses fatores e havendo uma anulação de algumas culturas e a reprodução de outras dominantes. Dessa forma podem ocorrer através de um currículo oculto, as seleções, as divisões, e a preparação dos indivíduos para ocuparem certos lugares na estrutura social, num processo de violência simbólica que acontece porque segundo Giroux (1983, p. 44):

A escola, principalmente, desempenha um importante papel na legitimação e na reprodução da cultura dominante, pois, especialmente ao nível mais elevado da educação, incorpora os interesses e as ideologias de classe que exigem uma espécie de desembaraço em um conjunto de habilidades que somente certos estudantes receberam através da base familiar e das relações de classe.

Dessa forma o currículo acaba sendo um instrumento de legitimação de desigualdades, onde “a escola introduz em seus interesses uma cultura “oficial” que funciona para legitimar o gosto, o conhecimento, o discurso e a experiência das camadas dominantes” (GIROUX, 1983, p. 43). Dessa forma os indivíduos só se constituirão como sujeitos na medida em que se opõem aos discursos hierarquizados no campo das relações saber-poder. De acordo com Machado (2007, p. 171):

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se estende por toda a sociedade e da qual ninguém pode escapar [...] E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda estrutura social.

Para Foucault (2005, p. 13), essa dinâmica, essa resistência por parte de alguns saberes sobre outros:

Trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns.

Quando indivíduos de realidades distintas atuam no mesmo campo, onde um currículo institucionalizado favorece uma minoria privilegiada o que se espera além dos conflitos culturais é um saldo muito negativo quanto às subjetividades de indivíduos de culturas menos favorecidas. Principalmente quando são tratados como iguais e as mesmas oportunidades são

dadas para todos. Há neste caso uma autêntica forma de seleção e exclusão até mesmo uma segregação em todos os sentidos. Ou seja, a ação de um currículo oculto.

Conclusão

Importante ter clareza, apesar de tudo que foi exposto até aqui, que o currículo não é bom e nem mal, ele tanto pode ser veículo de alienação e controle como também de libertação dos sujeitos, isso varia de acordo com a concepção de homem que a sociedade quer e das estratégias contidas nele para tal objetivo.

Talvez Doll (1997) esteja certo quando diz acreditar que existam várias perspectivas para educação e para o currículo, esperando que as mudanças radicais que estão influenciando a Arte, a Literatura, a Matemática, Filosofia, Teoria Política, Ciência e Teologia, na medida em que questionam certos saberes e certas verdades destes campos, possam trazer assim reflexos positivos de um modo geral.

Uma vez afetando a educação, correrá transformações e um novo senso de ordem educacional, novas relações no âmbito da escola, novo currículo dando lugar a um sistema de redes mais complexas, pluralistas e transformativas como a própria vida.

O pensamento de Doll é um pensamento bastante otimista, cujas bases ele acredita já estarem se formando, no entanto, o que nos confere o presente o pensamento de Doll parece uma visão cujo horizonte está muito distante e, nosso currículo atual é prova disso.

Apesar das críticas à teoria curricular de Bobbitt, nas nossas escolas em qualquer nível educacional (da educação infantil às universidades) é fácil perceber a influência de tal currículo. É cada vez mais comum a idéia de que os problemas sociais serão resolvidos a partir de trabalhos feitos nas escolas. O que se ensina nas escolas não é voltado para a formação de sujeitos autônomos, que aprendem a conhecer a si próprios e a ter domínio sobre seu futuro, ao contrário nas escolas se trabalha ainda com a lógica de formar indivíduos eficientes para o mercado de trabalho. Bobbitt com sua teoria do currículo chamou para escola toda uma responsabilidade social, e dessa forma a escola se tornou um espaço de controle. Sabemos que a escola não é o único espaço do saber, também não é a única responsável na formação de sujeitos, porém, na escola é que são formados os indivíduos de que o mercado necessita.

Referências

BOBBITT, John Franklin. **O currículo**. Lisboa: Didática, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas: Papirus, 1996.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

DOLL Jr., William E. **Currículo**: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Vigiar e punir**: História da violência nas prisões. 36 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GIROUX, Henry. **Pedagogia radical**: subsídios. Rio de Janeiro: Cortez, 1983.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Chrysallis, currículo e complexidade**: a perspectiva crítico multirreferencial e o currículo contemporâneo. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2007.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NIETZSCHE, Friedric Wilhelm. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

PARASKEVA, João Menelau. Introdução crítica: uma abordagem simplista para um fenômeno complexo. In: _____. **O currículo**. Lisboa: Didática, 2004, p. 7-27.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.